

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS) **Projeto V.tal Neutral Network Infrastructure Operator – BRASIL**

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: junho de 2023

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

A empresa V.tal (“o Cliente” ou “a Companhia”) opera uma rede neutra de cabos de fibra óptica terrestre no Brasil, e rede de cabos submarinos que conectam o país com a Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile, Bermudas e Estados Unidos. Além das redes, o Cliente possui data centers no Brasil e na Colômbia, dutos e pontos de presença (“POP”). A operação de financiamento prevista contempla investimentos em equipamentos de telecomunicações, materiais e instalações (“o Projeto”).

Com uma rede de cobertura nacional e posicionada no maior mercado de banda larga da América Latina, a Companhia é a maior atacadista de infraestrutura digital focada na implantação de rede de FTTx (“Fiber to the x ou fibra para diversas aplicações”), com ênfase em FTTH (“Fiber to the Home ou fibra até a casa”), data centers e outros serviços de atacado.

A Companhia usa a sua ampla e robusta infraestrutura de fibra de mais de 456 mil km para habilitar e apoiar conexões de internet de alta velocidade e serviços através de uma solução neutra (“white-label”), única no mercado brasileiro, com aproximadamente 21 milhões de HPs (“Homes Passed ou casas passadas com fibra”), abrangendo certas cidades no Brasil e de natureza multitenant, prestada em regime de atacado para quaisquer operadoras e provedores de internet de tamanhos variados e em diferentes regiões. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia já tinha assinado mais de 70 contratos com operadoras de escala nacional ou regional de serviços de banda larga.

A Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) do Projeto abrangeu visitas as instalações da Companhia, reuniões temáticas setoriais com a equipe técnica do Cliente e revisão de documentos referentes à: i) gestão de saúde e segurança; ii) relações e políticas laborais; iii) planos de gestão de resíduos sólidos; iv) documentação de gestão de fornecedores; v) licenças ambientais, vi) estudos ambientais, vii) censo de diversidade da Companhia; viii) procedimentos de gerenciamento de riscos, ix) análises de dados de saúde e segurança; e x) código de ética, dentre outros.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o Projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) riscos de saúde e segurança; ii) geração de resíduos sólidos, inclusive materiais perigosos; iii) interferências com o trânsito; iv) riscos trabalhistas, especialmente com terceiros contratados; e v) interferências com as atividades comunitárias, dentre outros. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média a média-alta e são considerados limitados ao local do Projeto, podendo

ser mitigados por meio de medidas de gestão prontamente disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta.

Os Padrões de Desempenho (“PS”) acionados pelo Projeto são: i) PS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PS2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PS3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, e iv) PS4: Saúde e Segurança da Comunidade.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

Os escritórios principais da Companhia estão situados em São Paulo e Rio de Janeiro, Brasil. O Cliente possui rede terrestre de fibra óptica com mais de 456.000 km de extensão, conectando cerca de 2.300 municípios brasileiros das regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do país. Trata-se de uma rede neutra, de forma que pode ser utilizada por qualquer operador de telecomunicações ou por outros players que tenham interesse em atuar no setor de telecomunicações nos segmentos de: i) infraestrutura para varejo (principalmente, fiber-to-the-home); ii) atacado (conexões ponto-a-ponto em diferentes iniciativas, tal como fiber-to-the-tower) e iii) data center. Complementando a rede terrestre, a Companhia conta com uma rede de cabos submarinos, com extensão de 26.000 km, que conecta o Brasil com a Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile, Bermudas e Estados Unidos.

A rede terrestre conta com mais de 3,7 mil POPs, que consistem em pontos de acesso nos quais várias redes ou dispositivos de comunicação compartilham uma conexão. Além destes, o Cliente conta com datacenters e operações de colocation em Barranquilla (Colômbia), Fortaleza e Rio de Janeiro (Brasil), que correspondem a instalações que armazenam equipamentos de informática, tais como servidores, unidades de armazenamento de dados e equipamentos de rede utilizados para o gerenciamento do tráfego de dados nas redes.

O Cliente presta serviços direcionados a residências individuais (“varejo”) e para clientes corporativos. No setor de infraestrutura para varejo, os serviços oferecidos a players do setor compreendem a provisão de conexão em residências e a conexão em postes de rua. As conexões residenciais são denominadas de Conexão de Fibra em Domicílio (“FTTH”)¹ e Conexão de Fibra ao Poste (“FTTP”)². Em todo caso, o Cliente não atende o usuário final (isto é, o cliente de varejo). No setor de atacado, a Companhia oferece a sua rede e datacenters para uso por parte de empresas de telecomunicações e outros setores da atividade econômica.

A rede terrestre está distribuída principalmente em zonas de concentração populacional, que compreende as sedes dos municípios e o seu entorno, de modo que a maior parte das instalações

¹ A Companhia utiliza o termo em inglês para o serviço: “Fiber to the Home (FTTH)”. Na provisão de serviços de FTTH, a Companhia provê a conexão entre o poste e a residência (drop) e o equipamento de acesso à rede (ONT), incluindo serviços de manutenção da rede e equipamentos.

² A Companhia utiliza o termo em inglês para o serviço: “Fiber to the Post (FTTP)”. Na provisão de serviços de FTTP, a Companhia provê a ligação da rede ao poste e a manutenção da rede, cabendo as empresas de telecomunicações a provisão de drop e ONT para as conexões aos domicílios.

físicas do Cliente está implantada em áreas urbanas. Quase toda a rede é aérea, conectada aos postes urbanos que congregam instalações elétricas e de telecomunicações e existem redes subterrâneas³. Os eventuais serviços de expansão ocorrerão em sua maioria em áreas urbanas. Os cabos submarinos já estão implantados e operando, e não há previsão de expansão desta infraestrutura.

3.2 Riscos contextuais

Dadas as características da infraestrutura do Projeto, dois riscos contextuais relevantes foram identificados nesta operação, a saber: i) conflitos envolvendo as equipes do Cliente e grupos ligados ao crime organizado durante a implantação e manutenção de redes de fibra óptica em comunidades urbanas informais, geralmente na periferia das cidades; e ii) afetação da infraestrutura do Cliente em desastres naturais como inundações, deslizamentos de terras e tempestades.

Os riscos contextuais identificados serão controlados mediante: i) um programa de engajamento de partes interessadas projetado especificamente para as atividades da Companhia em áreas urbanas que apresentam riscos ligados ao crime organizado; e ii) uma avaliação das infraestruturas sujeitas a riscos associados a desastres naturais e planos de ação desenhados para monitorar e prevenir esses riscos.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

Em geral as atividades desenvolvidas pela Companhia não requerem Estudos de Impacto Ambiental e Social (“ESIA”) ou licenças ambientais, com exceção de algumas instalações e da rede de cabos submarinos para as quais o Cliente possui as Licenças de Operação (“LO”) correspondentes. Estas licenças apresentam condições específicas de atendimento que são cumpridas mediante estudos técnicos preparados por consultores contratados.

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

O Cliente está iniciando a preparação de um Sistema de Gestão Ambiental e Social (“SGAS”).

4.1.b Política

O Cliente possui uma Política Corporativa de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente que conta com: i) objetivo; ii) identificação do público-alvo; iii) diretrizes; iv) papéis e responsabilidades; v) referências; vi) glossário; e vii) anexos. Esta Política, que está focada principalmente nos aspectos de saúde e segurança, será revisada durante a elaboração do SGAS.

³ Dos 460.000 km de rede, 62% ou cerca de 285.200 km correspondem a redes aéreas e 38% ou cerca de 174.800 km correspondem a redes subterrâneas.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

Em cumprimento da Política Corporativa de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente e da regulamentação específica do setor (Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho do Brasil), o Cliente conta com procedimentos de identificação e gerenciamento de riscos de saúde ocupacional. Na elaboração do SGAS a identificação de riscos e impactos será ampliada considerando riscos e impactos ambientais e sociais.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Os principais riscos e impactos diretos negativos do Projeto incluem: i) riscos de saúde e segurança de trabalhadores e terceiros contratados, incluindo acidentes laborais (quedas, choque elétrico, riscos de lesões por queda de materiais etc.); ii) geração de resíduos sólidos nas atividades de instalação e manutenção das redes; iii) possíveis interferências no trânsito relacionadas às obras de implantação de ativos; e iv) manipulação e armazenamento de produtos perigosos, dentre outros. Há também impactos positivos, como: i) o aumento da conectividade e integração digital da população brasileira de diferentes classes sociais, ii) a geração de empregos diretos; e iii) a melhoria da qualidade da conexão com a internet associada ao uso de redes de fibra óptica, iv) redução de impacto ambiental resultante do compartilhamento da infraestrutura, devido menor uso insumos e menor emissão GEE desde a construção até a manutenção da rede e (v) aumento da competitividade do setor de telecomunicações, gerando maior valor para os stakeholders e beneficiando os usuários finais, principalmente do varejo.

Os impactos indiretos incluem: i) a geração de empregos indiretos através de provedores contratados para a implantação e manutenção das redes e; ii) a promoção do empreendedorismo digital, na medida em que a infraestrutura neutra compartilhada pelo Cliente facilita a atuação de outros negócios digitais que não necessitam arcar com os custos significativos associados à implantação de redes físicas de telecomunicações.

4.1.c.ii Análise de alternativas

A maioria da infraestrutura operada pelo Cliente (cabos de fibra óptica, POPs, e instalações administrativas, depósitos e datacenters) está distribuída em zonas urbanas adensadas. Dado esse contexto, não há requisitos para estudos de alternativas locais que contemplem análises de risco e impacto comparativas dos traçados das redes.

Nos traçados da rede que atravessam áreas rurais, existem trechos que poderiam passar por unidades de conservação, reservas indígenas, comunidades quilombolas e outras áreas sensíveis. Para estas situações, o Cliente preparará análises de alternativas de traçados para minimizar as possíveis interferências nestas áreas.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

Se bem que, a legislação ambiental vigente no Brasil não requer a execução de avaliação de impactos cumulativos para este tipo de Projeto, uma análise rápida mostrou que os impactos incrementais gerados por outros projetos a o Projeto serão mínimos.

4.1.c.iv Riscos de gênero

No Brasil, a igualdade de gênero foi consolidada pela Constituição de 1988⁴, ao estabelecer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, proibindo a diferença salarial, de exercício de função e de critério de contratação em virtude de sexo, estado civil, idade e cor. Contudo, ainda há desafios para alcançar essa equidade. Em 2022 o Brasil alcançou o 78º lugar em um estudo⁵ que mediu a igualdade de gênero em 144 países, mostrando que ainda há muito por fazer para alcançar a igualdade de gênero no país. Um dos maiores desafios é o combate contra a violência contra a mulher, que ainda é um problema no país: no Brasil os homicídios de mulheres alcançaram 3.999 casos em 2020 e 3.878 casos em 2021⁶. Destes o feminicídio⁷ foi confirmado em 1.354 casos em 2020 e 1.341 casos em 2021.

Para endereçar os riscos de gênero, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta que estabelece o compromisso de tolerância zero em relação à discriminação por conta da sua raça, origem, identidade ou expressão de gênero, orientação sexual, idade, religião, deficiência física e mental, classe social, família, estado civil, licença médica (incluindo gravidez), filiação política, aparência física, estilo de vida, entre outros.

Para investigar desvios e queixas, a Companhia disponibiliza um canal confidencial que pode ser acessado na internet, e uma linha 0800. Um Comitê de Integridade, organizado para avaliar os desvios em relação ao Código de Ética e Conduta, é composto por três vice-presidentes da Companhia e outros colaboradores. O comitê dispõe sobre as medidas disciplinares em casos de violações, as quais podem incluir advertência verbal, escrita, suspensão ou rescisão do contrato de trabalho, independentemente de eventual abertura de processo judicial.

Outra iniciativa relevante que o Cliente está encaminhando é a preparação de uma Estratégia Corporativa de Diversidade e Inclusão.

4.1.c.v Exposição às mudanças climáticas

O Brasil está exposto de diversas maneiras aos riscos físicos da mudança climática. A infraestrutura do Cliente está distribuída em todo o território brasileiro e pode estar sujeita aos impactos das mudanças climáticas como inundações, tempestades, secas, deslizamentos de terra etc. Atualmente a Companhia leva esses riscos em consideração ao projetar novos ativos mediante a implementação de: i) sistemas de aterramento; ii) sistemas de proteção contra descargas atmosféricas; iii) uso de cabos à prova de água e calor, e iv) uso de bombas de sucção para retirada de água de instalações em caso de inundações.

⁴ Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

⁵ 2022 SDG Gender Index.

⁶ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Ano 16. 2022. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁷ O feminicídio é definido como “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino”, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”

Para melhorar a capacidade de gerenciamento na preparação e nas respostas aos desafios das mudanças climáticas, o Cliente preparará uma avaliação de riscos da exposição de seus ativos à mudança climática e desenvolverá um plano de gestão para controlar esses riscos.

Com base em uma análise conduzida de acordo com a Abordagem de Implementação do Alinhamento de Paris do Grupo BID (Documento GN-3142-1), a transação proposta é considerada alinhada com o Acordo de Paris.

4.1.d Programas de gestão

O Cliente possui procedimentos internos voltados à gestão de riscos e impactos de saúde e segurança, e em menor grau de meio ambiente. Os principais procedimentos utilizados incluem: i) gerenciamento de riscos de saúde, segurança e meio ambiente (“SSMA”); ii) requisitos de sustentabilidade para provedores externos, iii) gerenciamento de incidentes; iv) catálogo de segurança de equipamentos de proteção pessoal (“EPI”) e ferramental; v) contratação de serviços de terceiros; e vi) avaliação do índice de conformidade de fornecedores, dentre outros. Para complementar estes procedimentos o Cliente está preparando um SGAS que contempla programas de gestão dos riscos e impactos socioambientais e de saúde e segurança das operações da Companhia.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

O Cliente conta com uma Vice-presidência (“VP”) de Pessoas e Cultura e uma de Sustentabilidade, Governança e Auditorias Internas. A VP de Pessoas e Cultura conta com uma gerência que cuida do gerenciamento de saúde e segurança ocupacional, relações trabalhistas, sindicais e contratistas. A VP de Governança, Sustentabilidade, e Auditoria Interna conta com um departamento Ambiental, Social e de Governança (“ASG”). Atualmente este setor conta com uma Head de ASG, um consultor de Governança e Estratégia, e um Consultor responsável pelo SGAS.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

O Cliente está preparando um Plano Corporativo de Preparação e Resposta a Emergências para detectar e responder aos diversos tipos de cenários prováveis de emergenciais que podem afetar as suas operações.

4.1.g Monitoramento e análise

O Cliente realiza alguns tipos de monitoramentos relacionados principalmente com os requisitos das licenças ambientais de alguns ativos, como as de os cabos submarinos e algumas instalações. Durante a elaboração do SGAS, o Cliente desenvolverá procedimentos específicos para auditar a performance do sistema.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

No âmbito do SGAS, o Cliente desenvolverá uma Estrutura de Engajamento de Partes Interessadas.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

O Cliente possui um canal confidencial para o recebimento de demandas, queixas e solicitações de colaboradores e terceiros. Como parte do SGAS, será desenvolvido um canal de ouvidoria para a recepção, tratamento e resposta a queixas de partes externas.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

Atualmente o Cliente possui 2.682 colaboradores, dos quais 2.149 (80,1%) são homens e 533 (19,9%) são mulheres.

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

O Cliente possui um Código de Ética e Conduta e uma Política de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente. Esta possui i) objetivo; ii) público-alvo; iii) diretrizes; iv) papéis e responsabilidades; v) referências; vi) glossário, e vii) anexos. O Cliente preparará uma Política Corporativa de Recursos Humanos estabelecendo as diretrizes e condições básicas para a correta gestão dos recursos humanos da Companhia.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

A Companhia cumpre com a legislação trabalhista brasileira⁸ e oferece: remuneração compatível com os cargos, férias, 13º salário e pacote de benefícios (vale alimentação, transporte, seguro-saúde). Para a maioria dos colaboradores o horário de trabalho se estende entre as 8:00 e as 17:00 horas, com uma hora de intervalo para almoço. Horas extras são remuneradas ou acumuladas em bancos de horas⁹, nos termos da legislação brasileira.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

Nos termos da legislação brasileira, a filiação a sindicatos é de livre escolha dos colaboradores. A Companhia respeita a liberdade de associação e negociações coletivas, respeitando a legislação. Cerca de 14% dos trabalhadores estão vinculados a sindicatos e Acordos Coletivos de Trabalho de 28 sindicatos são respeitados.

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta pelo qual não admite ou tolera discriminação por conta da sua raça, origem, identidade ou expressão de gênero, orientação sexual, idade, religião, deficiência física e mental, classe social, família, estado civil, licença médica (incluindo gravidez), filiação política, aparência física, estilo de vida, entre outros.

⁸ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Decreto Lei Nº 5.452 de 1º de Maio de 1943.

⁹ As horas acumuladas em bancos de horas podem ser utilizadas pelos colaboradores para o repouso e lazer.

O Cliente está trabalhando com um terceiro contratado para aperfeiçoar a inclusão de pessoas com deficiência (“PCD”) em seus quadros e está desenvolvendo uma Estratégia Corporativa de Diversidade de Inclusão.

4.2.a.v Redução de pessoal

O Projeto não prevê demissões coletivas. Para o desligamento de pessoal o Cliente segue as diretrizes da legislação brasileira, que incluem, dentre outras medidas¹⁰: i) aviso prévio 30 dias antes do desligamento, durante o qual o empregado tem uma alocação de tempo para buscar uma nova oportunidade laboral; ii) pagamento de multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”); iii) direito do trabalhador de sacar o saldo do FGTS; iv) recebimento de parcela proporcional de férias; v) recebimento de parcela proporcional de 13º salário; vi) direito a receber o seguro desemprego por tempo determinado; vii) carta de recomendação; e viii) orientações para recolocação, dentre outros benefícios.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

Nos termos do Código de Ética e Conduta, o Cliente opera um canal confidencial aberto para recebimento de queixas de colaboradores e terceiros. O canal pode ser acessado através da internet e por uma linha telefônica gratuita. O Comitê de Integridade avalia os conteúdos do canal, trata os dados e responde às queixas apresentadas, podendo ou não adotar medidas disciplinares.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

No Brasil, a sujeição de pessoas a condições de trabalho análogas ao regime de escravidão é considerada crime¹¹. Em cumprimento às leis do país, a Companhia não tolera a contratação de trabalhadores em situação análoga à escravidão ou de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, tal como definida em legislação específica¹². Além disso, o Código de Ética e Conduta da empresa e minuta contratual para fornecedores não permite a contratação de fornecedores que fazem uso de trabalho escravo ou infantil.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

A responsabilidade sobre o gerenciamento de saúde e segurança recai no gerente de saúde e segurança, que se reporta a Vice-presidência de Pessoas e Cultura. O gerenciamento da saúde e segurança se baseia nos Programas de Prevenção, Avaliação de Riscos Ocupacionais e o Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional. Estes programas identificam os riscos ocupacionais a que estão expostos os diversos cargos e funções da empresa, os indicadores de saúde ocupacional e as medidas de prevenção.

¹⁰ Para casos de demissão sem justa causa.

¹¹ Código Penal Brasileiro. Decreto Lei Nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Art. 149.

¹² Lei Nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000.

O Cliente possui diversas políticas, planos e procedimentos enfocados em assegurar boas condições de saúde e segurança e o cumprimento de dispositivos legais sobre o tema, incluindo: i) uma Política Corporativa de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente; ii) um Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais; iii) um Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional; iii) um Catálogo de Segurança para o uso de EPI e ferramentas; v) um Procedimento de gerenciamento de incidentes; e vi) um Procedimento de gerenciamento de riscos de saúde ocupacional, dentre outros.

Em 2022, a Companhia e terceiros contratados tiveram 28 acidentes com perda de tempo, que geraram 383 dias de trabalho perdido. A Taxa de Frequência de Incidentes com Perda de Tempo por milhão de horas trabalhadas foi de 3,03, sendo inferior ao padrão do setor de telecomunicações (5,5).

A empresa possui um aplicativo que permite aos colaboradores e terceiros contratados a realização e registro de análise de risco de tarefas, obtenção de aprovação de supervisores e checagem das condições seguras de trabalho.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

O Brasil possui legislação específica¹³ para a inclusão laboral de pessoas com deficiência (“PCD”). No recente Censo de Diversidade aplicado pela Companhia de forma anônima e voluntária, 91 colaboradores (3,4% do total) com algum tipo de deficiência foram registrados. Atualmente o Cliente está trabalhando com uma consultoria contratada para ampliar as oportunidades para PCDs.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

A Companhia possui contratos com empresas prestadoras de serviços que atuam nas operações de instalação e manutenção das redes de fibra óptica. Essas companhias envolvem um contingente de 17.200 profissionais na atividade. O Cliente conta com procedimentos que definem os requisitos contratuais de meio ambiente, saúde e segurança de contratados, tais como: i) procedimento de requisitos de sustentabilidade de contratados; ii) procedimento para definir o índice de conformidade do fornecedor (“ICF”); iii) requisitos de gente para provedores externos; iv) programa de auditorias periódicas de fornecedores externos; e v) procedimento para contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

O ICF avalia o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, focando na prevenção de riscos ocupacionais, uso de equipamentos de proteção individual (“EPIs”), segurança no trânsito, trabalho em altura e em espaços confinados e prevenção contra incêndios. Também são avaliadas as condições de trabalho e o gerenciamento de resíduos, incluindo o de substâncias perigosas.

Durante a etapa de contratação, o Cliente realiza uma avaliação documental e inspeções dos fornecedores. Apenas aqueles qualificados são homologados.

¹³ Lei Nº 13.146 de 16 de julho de 2015.

4.2.f Cadeia de abastecimento

Os contratos de prestação de serviços do Cliente contêm cláusulas que vinculam os fornecedores ao cumprimento do Código de Ética e Conduta, Guia de Conduta de Terceiros e os requisitos de sustentabilidade para provedores externos da Companhia.

Após a contratação os prestadores de serviço de rede são auditados e os resultados das auditorias podem gerar planos de ação corretiva e penalidades financeiras em caso de descumprimento de obrigações legais ou de acidentes graves.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

O Cliente não é um grande consumidor de água. Esta é utilizada para consumo de pessoas e em obras de expansão da rede. A água é fornecida pelas concessionárias estaduais de saneamento ou caminhões pipa, no caso de obras.

Em termos do seu consumo energético, a companhia consome aproximadamente 409 mil MWh (47 MWm) em suas operações no ano. Sendo que, 78% desta energia são provenientes de fontes incentivadas, onde 75% estão contratadas junto ao mercado livre de energia brasileiro¹⁴ e o restante (3%) está sendo contratado em geração distribuída. O consumo remanescente (25%) está contratado no ACR (Ambiente de Contratação Regulado) junto as concessionárias de energia.

A área de Energia está conduzindo diversos estudos e publicações. Sendo as iniciativas mais relevantes, a publicação da Política de Eficiência Energética, que apoia a estratégia de sustentabilidade e viabiliza o uso eficiente da energia em todas as áreas do nosso negócio. E, também, está estudando a viabilidade do projeto de APE (Autoprodução de Energia), que tem com o objetivo produzir sua própria energia para prover energia para os Data Centers.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

A Companhia não possui informação histórica de emissões de Gases do Efeito Estufa (“GEE”), que estão associadas principalmente ao uso de veículos, de geradores de emergência e consumo de energia elétrica. Neste sentido, o Cliente está iniciando o monitoramento de GHG com base em metodologia internacional¹⁵ e reportará os resultados a partir de 2024.

4.3.a.ii Consumo de água

O uso de água da Companhia está ligado principalmente ao consumo de trabalhadores e contratados, espalhados nos diversos escritórios e depósitos da empresa e nas obras de expansão

¹⁴ O Mercado Livre de Energia é um ambiente competitivo de negociação de energia elétrica em que os participantes podem negociar livremente todas as condições comerciais, como fornecedor, preço, quantidade de energia contratada, período de suprimento, pagamento, entre outras.

¹⁵ GHG Protocol.

da rede. O Cliente monitorará o consumo de água nas suas operações a fim de gerar informações para gerar eficiência no uso de recursos naturais.

4.3.b Prevenção da poluição

4.3.b.i Resíduos

Os principais resíduos sólidos gerados na operação em termos de volume compreendem cabos de fibra óptica¹⁶, baterias e aparelhos eletrônicos. A Companhia desenvolve ações que visam a reciclagem de baterias, a venda de sucata e cabos de cobre¹⁷. Também busca desenvolver parcerias com instituições de pesquisa e indústrias para reciclar ou reaproveitar os cabos de fibra óptica.

As empresas contratadas para a manutenção e expansão das redes, e para a execução de obras possuem procedimentos de gerenciamento de resíduos sólidos em atendimento aos requisitos da Companhia para fornecedores externos. Os resíduos de obras são segregados, armazenados, transportados e destinados de maneira ambientalmente adequada, usualmente através de empresas especializadas.

A geração de resíduos líquidos está limitada aos efluentes de sanitários nas instalações administrativas e operacionais da Companhia e, no caso de obras de expansão da rede, no uso de sanitários portáteis. As instalações encontram-se ligadas aos sistemas públicos de saneamento básico existentes nas diversas cidades em que o Cliente possui operações e os efluentes de sanitários portáteis são gerenciados pelas empresas que fornecem este serviço, conforme licenças ambientais específicas.

O Cliente está preparando um procedimento corporativo para a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nas atividades da Companhia.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

Os principais tipos de materiais perigosos gerados na operação da Companhia compreendem baterias e óleo diesel para movimentar geradores. O Cliente possui procedimento para aquisição, recepção, transporte, manuseio, armazenamento e uso de materiais perigosos, que também cobre as necessidades de EPIs, treinamentos e uso de contentores, bem como procedimentos de emergência.

Os resíduos perigosos gerados em obras são gerenciados mediante planos de gerenciamento de resíduos sólidos operacionalizados pelos fornecedores.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

O Projeto não utiliza pesticidas.

¹⁶ Em 2022 o Cliente gerou cerca de 205 toneladas de resíduos de cabos de fibra óptica.

¹⁷ Esta operação compreende a retirada, transporte, armazenamento temporário em galpões, reprocessamento e comercialização de cobre. As redes de cobre eram de propriedade da Oi (acionista da Companhia) e estão obsoletas.

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

Os eventuais riscos e impactos sobre a saúde e a segurança da comunidade estão associados com a operacionalização da frota de 900 veículos, com obras civis e com as equipes que cuidam da segurança das instalações. Estes incluem: i) riscos de acidentes de trânsito, ii) interrupções temporárias de acesso a propriedades no caso de obras na malha viária; iii) incômodos com ruídos gerados por ferramentas e equipamentos; iv) incômodos com material particulado; v) acúmulo de resíduos no entorno das zonas de obras, e vi) possíveis atritos entre a equipe de segurança e membros da comunidade.

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

As redes do cliente utilizam materiais que não geram radiações eletromagnéticas e se utilizam das redes existentes de distribuição de energia elétrica, sendo considerados bastante seguros.

O Cliente está preparando um Plano de Gerenciamento de Segurança de Tráfego para controlar eventuais impactos relacionados com a operação da sua frota. Também preparará um Plano Corporativo de Gestão de Obras para minimizar os incômodos aos residentes vizinhos, o qual incluirá ações prévias de engajamento com partes interessadas, visando minimizar os incômodos às comunidades vizinhas.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

Como parte do Plano Corporativo de Gestão de Obras, o Cliente incluirá medidas adequadas de armazenamento e disposição de materiais perigosos, evitando a exposição das comunidades a este tipo de produtos.

4.4.a.iii Serviços do Ecossistema

Em alguns casos, as redes de fibra óptica poderão atravessar trechos de territórios de comunidades indígenas, quilombolas ou vulneráveis. Neste caso, o lançamento das redes será precedido de estudos de alternativas para evitar ou selecionar o traçado de menor impacto sobre tais áreas. Tal procedimento será apoiado pela consulta livre, prévia e informada junto às comunidades afetadas, quando for necessário. Se os estudos de alternativas locais não conseguirem evitar os impactos em recursos naturais utilizados pelas comunidades, o Cliente desenvolverá estudos de impacto específicos e planos de compensação para as comunidades afetadas.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

As atividades do Cliente não apresentam maiores riscos de introdução de doenças nas comunidades vizinhas.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

O Cliente está preparando um Plano Corporativo de Preparo e Resposta a Emergências. No âmbito desse plano, a Companhia incluirá provisões para comunicação de partes interessadas em cenários de emergência que possam ultrapassar as instalações do Cliente, o que deverá incluir a comunicação junto às comunidades vizinhas às instalações afetadas pelas emergências.

4.4.b Pessoal de segurança

As atividades de segurança dos ativos da Companhia incluem a vigilância eletrônica e serviços de vigilância não armada. Neste sentido, a Companhia desenvolverá protocolos de treinamento de pessoal da segurança sobre direitos humanos e técnicas de comunicação não violenta para minimizar os riscos de conflito com as comunidades residentes no entorno de ativos da empresa.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

O Projeto não envolve ações que possam gerar o reassentamento involuntário físico ou econômico da população.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

O Projeto tem baixo potencial de afetação da biodiversidade. Nos casos em que houver necessidade de fazer a travessia de unidades de conservação ou áreas ambientalmente sensíveis, o lançamento das redes será precedido de estudos de alternativas para evitar ou selecionar o traçado de menor impacto sobre tais áreas. Se os estudos de alternativas locais não conseguirem evitar os impactos em áreas ambientalmente sensíveis, o Cliente consultará os órgãos governamentais competentes e desenvolverá estudos de impacto específicos e planos de compensação para gerenciar os eventuais impactos sobre a biodiversidade de acordo com legislação e as normas internacionais aplicáveis¹⁸.

4.7 Povos indígenas

O Projeto tem baixo potencial de afetação de comunidades indígenas. Nos casos em que traçados das redes forem adentrar essas comunidades, o lançamento das redes será precedido de estudos de alternativas para evitar ou selecionar o traçado de menor impacto sobre tais áreas. Quando seja necessário, tal procedimento será apoiado pela consulta livre, prévia e informada junto às comunidades afetadas. Se os estudos de alternativas locais não conseguirem evitar os impactos nessas comunidades, o Cliente consultará os órgãos governamentais competentes e desenvolverá estudos de impacto específicos e planos de compensação para as comunidades afetadas.

¹⁸ As normas internacionais aplicáveis no contexto da operação incluem: i) A Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest (2020); ii) os 8 Padrões de Desempenho do IFC (2012) e iii) as Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do IFC (2007).

4.8 Patrimônio Cultural

O Projeto possui baixo potencial de afetação de patrimônio cultural material e imaterial. No entanto, o Cliente preparará um procedimento para tratar de eventuais achados fortuitos durante a execução das obras.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: <https://vtal.com>